

*Perspetivas dos movimentos
sociais e da sociedade civil*

Este artigo foi redigido com base em contribuições de questionários e entrevistas presenciais com movimentos sociais, povos indígenas e organizações da sociedade civil, incluindo [La Via Campesina \(LVC\)](#), [Fórum Mundial de Povos Pescadores \(World Forum of Fisher Peoples, WFFP\)](#), [Conselho Internacional de Tratados Indígenas \(International Indian Treaty Council, IITC\)](#) e [Rede de Acção Internacional para a Alimentação de Bebés \(International Baby Food Action Network, IBFAN\)](#). Reflete ainda conteúdos da [Declaração de Viotá da Rede Global para o Direito à Alimentação e à Nutrição](#) e questões atuais e anteriores do [Observatório do direito à alimentação e à nutrição](#), a sua publicação de referência.

A bolha industrial e económica global rebentou, sem surpresa, há uma década, mas ainda testemunhamos e sentimos os seus efeitos nas nossas vidas quotidianas. Foi o resultado inevitável de um modelo que prioriza o lucro à custa de tudo o resto: das nossas vidas, dos nossos direitos e da nossa natureza. A crise já há muitos anos se preparava, tendo mil milhões de pessoas sido levadas a uma situação de fome devido à drástica volatilidade dos preços dos alimentos e a uma crise multifacetada que cresceu, comprimiu e afetou os nossos sistemas alimentares, clima e direitos humanos.

Dez anos depois, permanecem as principais abordagens que levaram à crise. Durante este tempo, movimentos sociais e organizações da sociedade civil reforçaram os seus esforços na luta por transformações socioeconómicas e políticas radicais, capazes de garantir uma plena concretização dos direitos humanos para todos. As perguntas a fazer agora são: como avançar e como ajustar as nossas estratégias e instrumentos para encontrar a forma mais benéfica de sair desta crise?

QUEBRAR O CICLO DA CRISE

Na última década, os movimentos sociais fizeram bastante progresso na promoção da soberania alimentar e do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Sul Global. Estes conceitos, no entanto, ainda não são bem compreendidos no Norte Global. Continua a haver o equívoco de que o direito à alimentação e à nutrição diz respeito principalmente aos países afetados por fome e desnutrição crónicas, tendo muito pouco a ver com as taxas crescentes de obesidade e de doenças não transmissíveis a ela associadas – causadas por dietas desequilibradas baseadas em alimentos industrializados, que se difundem por todo o mundo. Na realidade, as violações e abusos ao direito à alimentação e à nutrição não se circunscrevem a certas regiões geográficas; pelo contrário, manifestam-se de formas muito variadas por todo o mundo. Dos campos de refugiados no Saara Ocidental às montanhas de Oaxaca, das planícies rurais no Centro-Oeste dos Estados Unidos aos bairros de cidades espanholas, a nossa soberania alimentar continua a ser sabotada.

Muitas pessoas subestimam o nível de integração global dos nossos sistemas alimentares na atualidade. Os países ditos desenvolvidos fazem tanto parte do problema como da solução, e qualquer progresso significativo dependerá de uma análise e compreensão comuns do nosso sistema alimentar global e do significado da soberania alimentar. Assim, será preciso, em primeiro lugar, reconhecer que a plena concretização do direito à alimentação e à nutrição é incompatível com o atual modelo de produção industrial, como ilustrado pelas centenas de políticas que se mostraram ineficazes na resolução desta crise multifacetada. De facto, o crescimento do populismo de direita e do fascismo é mais um sintoma desta situação.

De forma mais geral, vemos hoje que os dois principais desafios para os movimentos sociais são a usurpação de terras e a apropriação da agricultura pelas grandes empresas. É urgente encontrar estratégias para resistir à usurpação de terras e ajudar as pessoas que atuam como guardiãs da terra e das sementes (essencialmente as mulheres) a permanecer na terra – duas dimensões que constituem uma pré-condição essencial para a concretização da soberania alimentar. Na realidade, esta luta deve englobar todos os recursos naturais, das florestas aos rios, das áreas costeiras às pastagens. O projeto de Declaração sobre os Direitos do Campesinato e de Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (atualmente em negociação na ONU) é um passo importante no reconhecimento das várias comunidades cuja subsistência depende do acesso e do controlo sobre os recursos naturais. Para dar apenas um exemplo, os ecossistemas costeiros e as diversas comunidades pesqueiras que deles dependem são particularmente vulneráveis à destruição climática. O acesso a

Agradecimentos

Agradecimentos especiais a Karine Peschard (Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais e Desenvolvimento), Priscilla Claeys (Universidade de Coventry e FIAN Bélgica) e Alejandra M. del Rey (FIAN Internacional) pelo seu apoio na redação e revisão desta síntese, bem como a Nora McKeon (International University College de Turim, Universidade Roma 3 e Terra Nuova) pelas entrevistas com representantes dos movimentos sociais.

Foto

Centenas de delegadas e delegados de todo o mundo se reúnem durante VII Conferência Internacional da Via Campesina (País Basco, Espanha, 2017). Foto da Via Campesina.

água limpa é também uma grande preocupação, sendo importante dar voz às lutas em torno dos recursos hídricos sob a bandeira da soberania alimentar. É ainda necessário proteger os corredores de pastoreio, fundamentais para a vida e para os meios de subsistência destas pessoas.

Aspetos positivos são a crescente coordenação e solidariedade observadas na última década entre as comunidades rurais e as abordagens inovadoras encontradas pela juventude para promover a soberania alimentar. Estão a ser reforçadas as identidades coletivas, que se unem para defender os recursos naturais dos povos. Depois de uma década, vemos também com mais clareza a associação entre a violência contra as mulheres e a violência contra o ambiente, bem como entre a manutenção da biodiversidade e a promoção da agroecologia. Alguns exemplos de maior unidade entre as lutas incluem a Convergência das Lutas pela Terra e pela Água na África Ocidental e a Rede Global para o Direito à Alimentação e à Nutrição.

Os movimentos sociais têm agora novas oportunidades para criar e aproveitar os processos participativos de tomada de decisões em torno das políticas públicas a nível nacional e regional, bem como nas Nações Unidas. Estes movimentos saúdam a criação de espaços institucionais, como o Comité de Segurança Alimentar Mundial, onde se pode discutir e promover o direito à alimentação. Os movimentos são também a força motriz por detrás do crescente número de diretrizes e quadros jurídicos progressistas que podem guiar as lutas dos povos. O desenvolvimento de um quadro normativo sobre o direito à alimentação a nível nacional, regional e internacional, bem como as Diretrizes sobre a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais no Contexto da Segurança Alimentar Nacional, são ferramentas cruciais para os movimentos sociais. Uma outra oportunidade de promoção da luta diz respeito ao crescente reconhecimento dos ecossistemas agrários tradicionais para a produção de alimentos e para a conservação da agrobiodiversidade. O desafio, agora, é encontrar formas de implementar estas ferramentas e fazer com que a abertura de espaços institucionais se traduza em ações concretas e mudanças positivas.

ENCONTRAR UMA SAÍDA

É preciso transformar radicalmente os sistemas sociopolíticos e económicos dominantes, que estão sob os auspícios do capitalismo, para garantir a apropriação dos bens comuns por e para as pessoas. Os movimentos sociais devem continuar a organizar-se a todos os níveis, dos conselhos locais à comunidade global, tanto em áreas rurais como urbanas. É necessária uma grande mobilização dos movimentos sociais a vários níveis para promover a consciência política face ao planeta, mobilização esta que deve ser apoiada por ONGs e pelo meio académico. Temos a tarefa urgente de promover a compreensão política de questões que, no passado, o sistema encarava como imutáveis.

A sociedade civil precisa de desenvolver mecanismos e posições sólidas para responsabilizar os Estados, defendendo as suas causas com base em dados concretos, uma vez que esta será a melhor forma de combater a crescente influência e poder dos grandes atores empresariais. Nas nossas lutas, o direito à alimentação e à nutrição deve estar associado de forma mais visível a outros direitos humanos. Como pode uma comunidade indígena concretizar o seu direito à alimentação e à nutrição, bem como à autodeterminação, se não tiver acesso ao seu território ancestral? Como conseguir um mundo sem fome se continuamos a negar o papel das mulheres, pilares do

sistema alimentar? Se quisermos lutar contra injustiças profundamente enraizadas, é necessária uma maior sensibilização pública em relação a estes vínculos evidentes.

Na sociedade civil, para que haja melhor equilíbrio e coordenação entre movimentos sociais e ONGs, é preciso repensar a implementação, conceptualização e defesa de causas para a concretização dos direitos humanos, com todo o espectro de participantes.

Os movimentos sociais precisam de mais recursos próprios para reduzir a sua dependência das ONGs e desenvolver análises mais independentes, com base nas suas experiências no terreno. Paralelamente, o meio académico precisa de abrir as portas aos conhecimentos dos povos, produzidos a partir das experiências das organizações de base e dos movimentos sociais.

DEZ ANOS DE CRISE, UMA DÉCADA DE OBSERVATÓRIO

Concluimos, assim, que é fundamental a existência de plataformas para intercâmbio de informações sobre questões relacionadas com o direito à alimentação e à nutrição, nas quais devem desempenhar um papel central as vozes dos movimentos sociais e dos grupos marginalizados. Da mesma forma, para melhor compreender o mundo atual, é essencial trabalhar temas como a igualdade de género e a sua integração em todas as políticas, a igualdade entre Norte e Sul e as relações entre os níveis local e internacional, bem como os níveis rural e urbano. O *Observatório* surgiu em função da necessidade de encontrar uma melhor forma de avaliar e reagir à crise. Nos últimos dez anos, tentámos promover a solidariedade e servir como voz de incentivo à coordenação e à partilha de estratégias entre movimentos e países. Tendo em conta o movimento rumo ao nacionalismo e ao isolacionismo que observamos em muitos países, este objetivo continua a ser vital.

Nos nossos contatos com movimentos sociais em relação ao *Observatório*, foram elogiadas e muito apreciadas a diversidade e a abordagem crítica dos nossos artigos. É também promissor o facto de o *Observatório* ter ajudado a gerar interesse entre jornalistas sobre novas questões, que talvez fossem raramente discutidas no passado. Publicações como a nossa precisam de continuar a envidar esforços e realçar as questões alimentares globais. Assim, conseguiremos alcançar um público maior, nomeadamente OSCs e instituições que trabalham no âmbito da segurança alimentar, bem como outras organizações de base. Assim aproximamo-nos de outro desafio: como conseguiremos sensibilizar outros setores da sociedade para as lutas e conquistas dos movimentos sociais, continuando a servir como ferramenta para as suas lutas, se a linguagem se tornar demasiado técnica? Esta pergunta leva a outras: como transformar o *Observatório* num espaço de produção conjunta de conhecimentos? Devemos incluir vozes contrárias? Devemos deixar o âmbito da imprensa escrita para explorar outras formas de comunicação? São questões difíceis e necessárias que exigem aprofundamento.

O facto de os desafios atuais serem vividos à escala global gera oportunidades únicas para a mobilização em grande escala. É, assim, importante que publicações como o *Observatório* continuem a centrar-se não só em práticas abusivas e violações, mas também deem cada vez mais destaque a vitórias, progressos e mudanças que vão na direção certa. As histórias de sucesso inspiram a mobilização e mostram que os nossos ideais podem ser concretizados, mesmo que pareçam impensáveis no início.

Esperamos continuar a contribuir positivamente para a luta pela concretização do direito à alimentação e à nutrição e pela soberania alimentar, bem como para o fim desta crise multifacetada.